

Pecuária I

O novo mapa das pastagens

Fabio Lucheta Isaac *
Alcides Torres**
Fabiano R. Tito Rosa*

EM 2006, a área ocupada por pastagens no Brasil teve um crescimento de apenas 0,1% em relação a 2005. Praticamente não houve alteração. Quando se olha o período de 2001 a 2006 constata-se uma redução de 1,54% na área. Os terrenos extremamente degradados, quase sem uso, além daqueles de cerrado eventualmente utilizados para exploração pecuária, não são considerados no estudo.

Em 2006, as pastagens encolheram 10,81%. em São Paulo, principalmente por causa da expansão da cana-de-açúcar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a área ocupada com cana no estado passou de 3,08 milhões de hectares em 2005 para 3,87 milhões em 2006, um aumento de 25,5%.

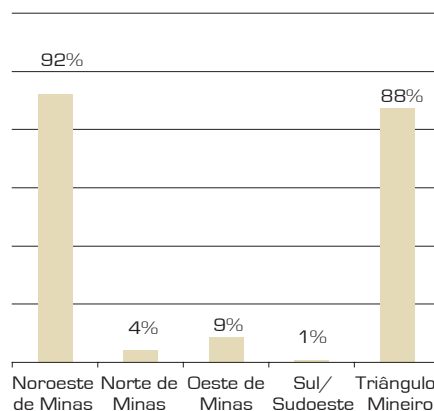
Os estados que apresentaram aumento na área de pastagem entre 2005 e 2006 foram: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

Pelo segundo ano consecutivo, a área de pastagem no Paraná está em recuperação. No entanto, em relação a 2001, a área destinada à exploração pecuária diminuiu 16,7%. Em 2006, a área de pastagem cresceu, principalmente, sobre as áreas de soja e trigo, que por sua vez reduziram-se em 6,5% e 31,1% respectivamente.

O avanço da cana-de-açúcar em Minas Gerais merece destaque. Entre 2005 e 2006, a área ocupada pela cana aumentou 48,7%. A procura por terras para o plantio de cana na região do Triângulo Mineiro, por exemplo, aumentou significativamente e o valor das terras na região subiu.

Nos estados que compõem a Amazônia legal, a área de pastagem cresce, muitas vezes, sobre áreas desmatadas. Os dados

Minas Gerais: variação nos preços de terra para pastagem (dez 2006/dez 2005)



do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre o desmatamento de 2006 ainda não foram publicados, mas as estimativas indicam sua concentração no Pará, Amazonas, Acre, Maranhão, Tocantins e Roraima. Nos últimos anos, a taxa

de desmatamento está diminuindo. Em Mato Grosso, por exemplo, é esperada uma retração das aberturas em 34%.

As áreas com eucalipto cresceram em 2006. Estimativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Celulose e Papel (Bracelpa) indicam para o estado de São Paulo uma área de 394 mil hectares de eucalipto, destinada à fabricação de papel. Isso corresponde a quase 60% da área estadual com pomares de citrus, que cresceu 17,16% entre 2005 e 2006, segundo o IBGE.

O avanço da agricultura para a produção de biocombustíveis, suco, papel, carvão etc. deve dar início a um novo período de redução das áreas de pastagem, levando-se em conta as pressões ambientais que limitam a expansão da pecuária na região amazônica.

O quadro verificado entre 2001 e 2004, quando a pecuária cedeu cerca de 6,50 milhões de hectares para a agricultura, pode se repetir. Esse cenário não significa ameaça à produção de carne bovina. A pressão da agricultura e a recuperação dos preços pecuários podem levar a um aumento do ritmo de incorporação de tecnologia na pecuária, com a intensificação da atividade em termos de animais por unidade de área, o que incrementará os resultados produtivos. ■

* zootecnista

** engenheiro agrônomo

Scot Consultoria

17 3343 5111 www.scotconsultoria.com.br

Variação na área de pastagem entre 2001 e 2006 (milhões de hectares)

Estado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var. 01/06
Bahia	14,49	14,50	14,51	14,47	14,52	14,31	-1,21%
Goiás	19,40	19,12	18,83	18,78	18,85	19,05	-1,80%
Mato Grosso	21,45	20,70	19,95	20,06	20,24	21,50	0,24%
Mato Grosso do Sul	21,81	21,54	21,27	21,09	21,47	21,52	-1,32%
Minas Gerais	25,35	25,18	25,01	23,79	24,50	24,37	-3,87%
Pará	7,46	7,49	7,52	8,00	8,11	8,39	12,41%
Paraná	6,68	6,11	5,54	5,36	5,52	5,56	-16,71%
Rio Grande do Sul	11,68	11,35	11,01	10,58	11,07	11,26	-3,62%
Rondônia	4,42	4,45	4,48	4,53	4,59	4,72	6,81%
São Paulo	10,11	9,99	9,88	9,61	9,85	8,78	-13,11%
Tocantins	11,08	11,05	11,03	10,98	11,24	11,39	2,78%
Brasil	179,20	176,75	174,29	172,70	176,27	176,45	-1,54%

Fonte: Scot Consultoria

Pecuária II

Integração com a lavoura

A DEGRADAÇÃO das pastagens é um dos maiores problemas da pecuária do Brasil na atualidade. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cerca de 80% dos 50 a 60 milhões de hectares de pastagens cultivadas do Brasil Central, encontram-se em algum estágio de degradação. Essa área responde por 55% da produção de carne nacional.

Na Amazônia Ocidental, cerca de 10 milhões de hectares de florestas estão atualmente ocupados com pastagens cultivadas. Dessa área, quase 40% já apresentam pastagens em diferentes estágios de degradação. Isso leva a mais desmatamentos, a fim de alimentar adequadamente os rebanhos e resultando numa pecuária itinerante.

Considerando apenas a fase de recria e engorda de bovinos, a produção animal em uma pastagem degradada pode ser seis vezes inferior a de uma pastagem recuperada ou em bom estado de manutenção.

Para solucionar os problemas com pastagens degradadas e dar maior sustentabilidade da produção animal a pasto, pesquisadores desenvolveram técnicas mediante a introdução de culturas anuais, como o milho e leguminosas, e de fertilização.

As tecnologias incluem recomendação das doses e formas de adubação para as principais forrageiras, de novas cultivares de gramíneas e leguminosas forrageiras adaptadas para as diferentes condições ambientais, desenvolvimento de técnicas de utilização de leguminosas e utilização de sistemas de integração de lavoura com pecuária.

O desenvolvimento sustentável da pecuária contribui para preservar os re-

ursos naturais e aumentar a renda do produtor. A integração lavoura-pecuária e o plantio direto na palha são sistemas de produção importantes para expandir a atividade no País porque:

- Permite o uso mais racional do solo;
- Recupera áreas degradadas, como pastagens com baixa produção de forragem;
- Recupera plantios com problemas de produtividade e sustentabilidade.

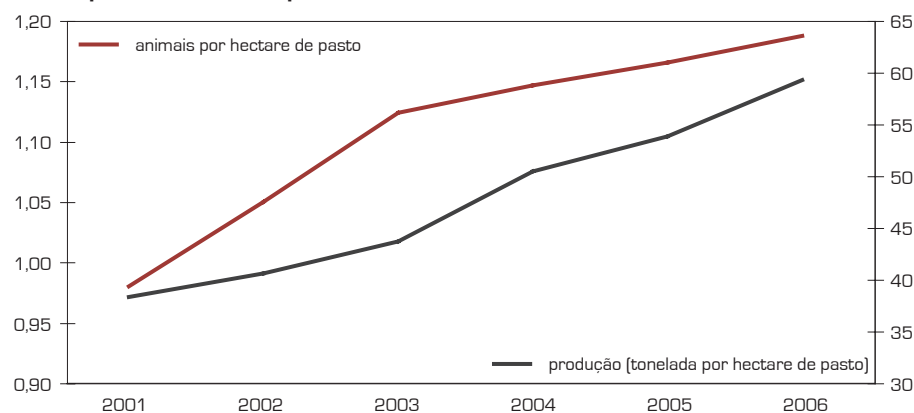
O preparo convencional do solo, por meio da abolição do uso do arado e das grades, é um modelo superado pelo processo de inovação tecnológica, como o de integração entre o plantio e a criação de bovinos.

O projeto de Integração Lavoura-Pecuária em Sistema de Plantio Direto, consiste em produzir grãos, fibras, madeiras, carne, leite e agroenergia numa mesma área, em rotação ou alternância, aproveitando-se a sinergia existente entre as diferentes culturas e a criação de gado.

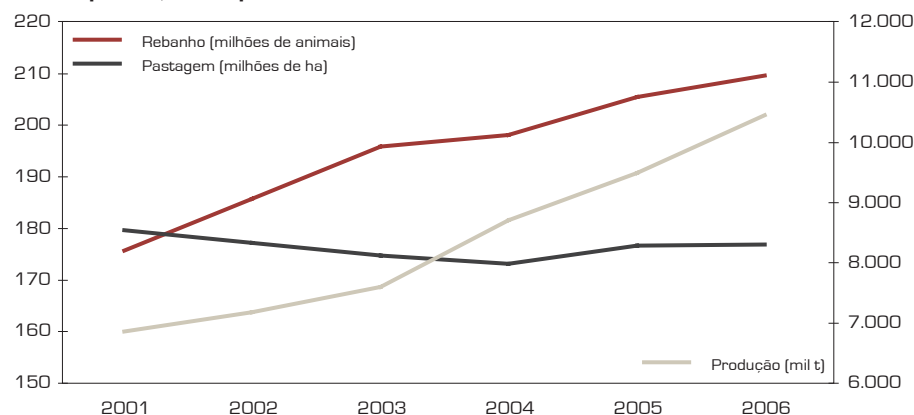
Essa atividade agropecuária consorciada reduz o desmatamento em regiões de fronteira agrícola, como o Centro-Oeste.

O MAPA e a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas) desenvolve um programa que busca a articulação entre as instituições envolvidas com integração lavoura-pecuária e plantio direto na Bahia, Distrito Fede-

Brasil: produtividade na pecuária de corte



Brasil: produção na pecuária de corte



ral, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins para formação de comitês estaduais e de associação de produtores. Também está voltado à capacitação, assessoramento e divulgação desse sistema de produção.

Quando se tomam os números da pecuária de corte de 2001 e 2006, eles impressionam em pelo menos dois aspectos. O primeiro é de que a rebanho cresceu 19,4%, enquanto a produção expandiu-se em 52,9%. O segundo está relacionado com a produtividade: a produção de carne por hectare de pastagem subiu 55,5% e a capacidade de apascentamento 21,4%. ■

Solos tropicais

O projeto de integração lavoura-pecuária é importante para a conservação dos solos tropicais, que são frágeis, embora produtivos. O clima nacional é extremamente severo e degrada muito rápido o solo. Dados da Fundação Mato Grosso do Sul mostram que a produção em pastagens reformadas chega a 25 arrobas de carne no primeiro ano, quinze no segundo e nove no terceiro.

Com capacidade de meia unidade animal por hectare, é possível reverter o processo de degradação dos solos dos cerrados. Esse índice pode ser multiplicado com a implantação da integração lavoura-pecuária, pois há aumento na produção e na renda do produtor, sem provocar desmatamento, com outras vantagens como:

- Melhoria da competitividade das cadeias de carne e lácteos;
- Recuperação da qualidade e da capacidade produtiva do solo;
- Redução da erosão do solo, do assoreamento e da contaminação de nascentes, rios e reservatórios de água;
- Diminuição da incidência de pragas, doenças, plantas daninhas e do uso de agrotóxicos e dos custos de produção.

Pecuária III

Febre Aftosa

A PRIMEIRA etapa da campanha nacional de vacinação contra febre aftosa, realizada em maio, superou as expectativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

De acordo com as informações do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), foram imunizados 137 milhões de bovinos. Inicialmente, a previsão era de vacinar 120 milhões de animais.

Pelo calendário de vacinação do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, a segunda etapa da campanha ocorre em novembro. No total, deverão ser imunizados mais cerca de 126 milhões de bovinos e cerca de mais de 950 mil bubalinos.

O orçamento para o programa de erradicação da doença em 2007, de acordo com a Lei nº 11.451, é de R\$ 41,5 mi-

lhões. Além desses recursos definidos, o MAPA prevê R\$ 80 milhões adicionais a serem aplicados na vigilância da fronteira seca do País.

Ainda relacionados ao combate à febre aftosa, o governo destinou R\$ 25 milhões ao MAPA, que somados a outros R\$ 20 milhões, já liberados para o Mato Grosso do Sul, totalizam R\$ 45 milhões. Deste valor, R\$ 19,5 milhões serão usados na indenização de criadores que tiveram ou venham a ter animais sacrificados. O restante será repassado a um convênio, firmado com o governo estadual, para investimentos em vigilância sanitária nas áreas de fronteira.

As indenizações aos pecuaristas, localizados numa faixa de fronteira terrestre de até 150 quilômetros, serão integralmente pagas pela União, desde que o produtor não seja responsável pela ocorrência da



doença em sua propriedade. A partir dessa distância, o ressarcimento pelo sacrifício de animais será rateado na proporção de 1/3 para o governo estadual e 2/3 para a União e, também, nesse caso, deve ser comprovada a não responsabilidade do produtor rural.

Status sanitário

Os países do Mercosul aprovaram um programa de combate à febre aftosa, cuja implementação levará de dois a três anos. A região possui 280 milhões de cabeças de gado e é responsável por 25% da produção mundial de carne bovina.

Por sua vez, Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai começam a operacionalizar medidas conjuntas de controle da febre aftosa na faixa de fronteira de 15 km determinada pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como zona de alta vigilância, que abrange a fronteira desde o Rio Grande do Sul até Rondônia.

A definição de um trabalho conjunto na fronteira com os países vizinhos é um passo importante para que o Brasil solicite à OIE a retomada da condição sanitária dos estados considerados livres de febre aftosa com vacinação.

É importante o Brasil estabelecer uma agenda no campo sanitário. Os pecuaristas têm um papel fundamental a cumprir. Será necessário se organizar em

Rebanhos vacinados na primeira fase

Estado	Rebanho	
	Bovinos	Bubalinos
Acre	2,4 milhões	1,8 mil
Amapá	76,9 mil	206,5 mil
Amazonas	1,3 milhão	111,5 mil
Distrito federal	110 mil	310,0
Goiás	20,2 milhões	30,8 mil
Maranhão	6,2 milhões	68,5 mil
Mato Grosso	10,5 milhões	-
Mato Grosso do Sul	22,4 milhões	10,8 mil
Minas Gerais	12 milhões	38,9 mil
Pará	17,8 milhões	390 mil
Paraná	9,6 milhões	23,4 mil
Piauí	1,2 milhão	350,0
Rondônia	1,4 milhão	4,5 mil
São Paulo	12,5 milhões	42,2 mil
Sergipe	986 mil	900,0
Tocantins	7,6 milhões	12 mil

Fonte: MAPA

entidades e formar núcleos regionais. A vacinação deve ser cumprida de acordo com o plano do governo. A rastreabilidade e o profissionalismo das certificadoras são vitais para consolidar posição nos mercados atuais e abrir novas frentes externas.

Se a valorização do real diante do dólar compromete o resultado financeiro das exportações, a execução de

médias para satisfazer as exigências dos importadores devem ser cumpridas. A OIE volta visitar o País neste mês, para inspecionar os trabalhos sanitários desenvolvidos nos três municípios interditados em Mato Grosso, devido aos focos da febre aftosa: Japorã, Eldorado e Mundo Novo.

Desde outubro de 2005, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins tiveram o reconhecimento internacional suspenso, em função dos focos de febre aftosa ocorridos em Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Em setembro próximo, durante a reunião do Comitê Científico da OIE, a expectativa é de solicitar a retomada do status sanitário desses estados como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Atualmente, a OIE reconhece os estados de Rondônia Acre, Rio Grande do Sul e, a partir de agora, o centro-sul do Pará, como áreas livres de febre aftosa com vacinação, além de Santa Catarina como zona livre sem vacinação. Os demais estados são considerados como áreas de risco desconhecido para febre aftosa. Existem estados como Maranhão e Pernambuco, por exemplo, em processo avançado para solicitar o reconhecimento internacional. ■

Santa Catarina é zona livre sem vacinação

A decisão da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) de reconhecer o estado de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação pode significar a ampliação de mercados internacionais para a carne suína produzida no estado. A decisão favorável ao pleito brasileiro, anunciada na sede da OIE, em Paris (França), deve alavancar as exportações do estado, responsável por 26% da exportação brasileira do produto.

Apesar de ser o maior exportador de carnes do mundo, por causa de restrições sanitárias, o Brasil não tem acesso aos mercados que mais bem remuneraram os produtos.

De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o preço da carne suína *in natura* vendida pelo Brasil, em 2006, correspondeu a apenas 62% do preço pago pelos mercados do Japão, Coreia

do Sul e Estados Unidos, que ainda não compram esse tipo de carne do Brasil.

Assim, a decisão da OIE pode abrir as portas de novos mercados e garantir renda mais elevada para os produtores brasileiros. Regiões do Uruguai e da Argentina, que também obtiveram da OIE título semelhante, já conseguiram entrar no mercado dos Estados Unidos, o segundo maior importador de carne suína do mundo, responsável por absorver 5% da produção mundial.

Já para se aproximar do mercado asiático, em que se destaca o Japão, comprador de 23% de toda carne suína exportada no mundo, é preciso investir num relacionamento de longo prazo. Na expectativa do reconhecimento da OIE, o MAPA promove, há dois anos, ações para que a carne de Santa Catarina fosse bem-recebida no mercado asiático, mesmo antes da obtenção do título de livre de aftosa sem vacinação.

Indenização distorce incentivos à vacinação

Paulo Augusto P. de Britto*

A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento teve seu orçamento de 2007 diminuído para R\$ 127,4 milhões. Um corte de 52% em um orçamento para atender ações desde a manutenção de equipamento da rede federal de laboratórios até o combate e prevenção a doenças.

Área livre de febre aftosa é um exemplo de propriedade para ter livre uso. Em sua presença, o efeito de uma ação isolada é pequena. O resultado agregado é fenômeno conhecido como “A Tragédia dos Comuns”, quando em 1833, o matemático William Foster Loyd expôs a dificuldade dos mercados em controlar a poluição.

O criador se beneficia da ausência da febre aftosa, mediante o acesso a mercados e melhores preços. Se um produtor não vacina seu rebanho, o incremento na probabilidade de focos será pequeno. Para um número grande de cabeças de gado não vacinadas, a probabilidade de surto da doença se torna muito alta. A questão é como incentivar os produtores a agir de forma a prevenir a ocorrência da doença?

A resposta passa por um órgão governamental capaz de agir e legislar sobre o tema, impor limites ao comportamento dos indivíduos e estabelecer punições para descumprimentos.

Ao governo cabe atuar na prevenção da doença e arcar com os custos, inclusive os de vacinação. A questão é quem financiaria

essas ações: os impostos arrecadados dos cidadãos ou uma taxa paga pelos pecuaristas? Independentemente do mecanismo de financiamento, as ações de comando e controle trazem considerações acerca da eficiência governamental.

No caso da regulação, o governo fixa padrões de comportamento para serem cumpridos pelos agentes privados. É traça normas e mecanismos para garantir seu cumprimento. Uma combinação de incentivos negativos (multas e punições) e positivos (premiações, seguros e ressarcimento).

No caso da aftosa, o governo federal optou pela regulação, mas sua execução é falha, como comprovam o retorno da aftosa ao País e o recente corte orçamentário na SDA. Existe uma fiscalização insuficiente aliada à não-previsibilidade de punição ao pecuarista que não vacina o rebanho. Com a ausência de incentivos negativos, os indivíduos apropriam-se dos benefícios de uma área livre de aftosa sem, contudo, arcarem com os custos. A fiscalização associada à punição induz o pecuarista a vacinar o rebanho.

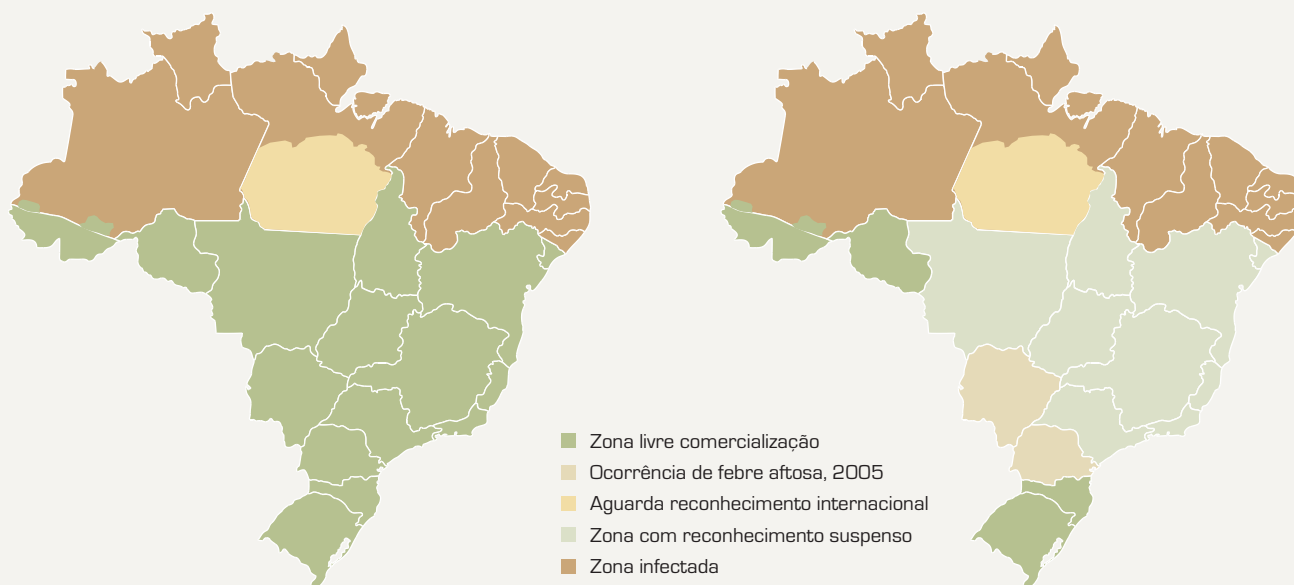
No esforço de controlar a disseminação da doença, as ações do governo incluem propaganda e indenizações aos pecuaristas que têm seus rebanhos sacrificados. Ambos os mecanismos possuem uma concepção equivocada. A propaganda é direcionada aos consumidores, e não aos produtores. A indenização integral distorce os incentivos à vacinação: o pecuarista tem receita garantida e deixa de correr riscos de prejuízos no caso de surto.

* Coordenador do curso de Gestão do Agronegócio da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador-líder do Grupo de Estudos do Sistema Agroindustrial (Gesa//UnB)

Cenários geográficos do reconhecimento internacional da zona livre com vacinação

a) Até setembro de 2005;

b) A partir de outubro de 2005, com a reintrodução do agente viral



Pecuária IV

Satisfazer
clientes

AUTORIDADES veterinárias russas receberam missão técnica do Ministério da Agricultura para discutir pendências sanitárias bilaterais. Foi o primeiro passo concreto para uma eventual eliminação total do embargo imposto ao produto nacional desde o surgimento de focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, em 2005.

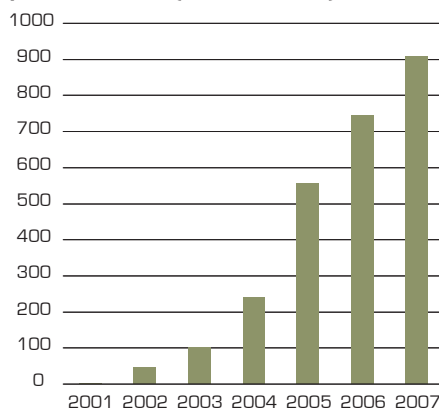
Um dos pedidos foi a liberação das exportações de carnes de todo o Brasil, sobretudo de Santa Catarina, reconhecida área livre de aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

O governo brasileiro mostrou a melhoria nos controles internos das indústrias exportadoras e nos procedimentos oficiais de auditoria dos frigoríficos, além do reforço no controle do trânsito de animais entre áreas livres e não-livres de febre aftosa. Os russos não aceitam o abate de gado de Mato Grosso do Sul e do Paraná em frigoríficos paulistas. Para evitar fraudes, a proposta é reiterar a decisão de utilizar papel-moeda na certificação dos produtos e o controle por meio eletrônico.

Como resultado do encontro, desde dia 1º de julho, está em vigor um acordo em que:

- O MAPA passará a ser responsável pela habilitação, suspensão e reabilitação de estabelecimentos autorizados a exportar carnes para a Rússia;
- Os veterinários russos realizarão apenas uma auditoria anual no sistema brasileiro de inspeção e defesa sanitária, como fazem a UE e os EUA;
- Os estabelecimentos desabilitados para exportação só poderão ser reabilitados na visita do ano seguinte;

Brasil: exportação de carnes para a Rússia (US\$ milhões)



Fonte: Secex

- Haverá o fim dos abates de animais de áreas não-habilitadas para a exportação em frigoríficos localizados em zonas habilitadas. Hoje, estão autorizados apenas produtos do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, Goiás e São Paulo.
- Cada peça embarcada terá de ser embalada no frigorífico;
- As cargas não podem ser reembaladas e processadas fora do frigorífico de abate;
- Haverá suspensão automática por seis meses de estabelecimentos com registros de tuberculose;
- Será criado um grupo de trabalho para reformar os termos do acordo bilateral de exportação, tais como a necessidade de suspensão de estados vizinhos a eventuais focos de febre aftosa.

Sem condições de produzir carne suficiente para alimentar sua população, as compras de carnes brasileiras pela Rússia

crescem a cada ano. O Brasil é considerado um dos maiores *shoppings* de carne mundo, com produto fresco e saudável. Desde 2005, o país voltou a comprar carne bovina e suína do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, além da carne bovina de São Paulo e Goiás. As aquisições variam de 800 mil toneladas a um milhão de toneladas por ano.

Nas entregas brasileiras são encontradas salmonelas na carne e detectados casos de fraudes (etiquetas com data de vencimento alterada, mercadorias de diferentes fontes são misturadas, produtos de abatedouros não-habilitados e certificados veterinários falsificados de produtos reexportados de outros países). Em maio, a Rússia suspendeu a compra de carnes de 16 frigoríficos sob alegação de fraude nos sistemas de certificação.

Os russos embargaram as carnes de Mato Grosso do Sul e do Paraná porque consideram esses estados com focos de aftosa “inerradicáveis”. Querem carne somente de fornecedores habilitados e de regiões aprovadas. A sugestão é que o governo brasileiro apresente relatório quinzenal dos remetentes, a origem e o número dos certificados veterinários dos embarques.

Quanto aos certificados forjados, as cargas de carnes exportadas para a Rússia serão acompanhadas da nova versão do Certificado Sanitário Internacional (CSI) emitido pelo MAPA. O novo documento passará a ser impresso em papel especial, fabricado pela Casa da Moeda do Brasil, com 12 itens de segurança. O novo certificado será estendido ao mercado europeu e, gradativamente, substituirá o antigo documento emitido para os mais de 150 países importadores de carnes brasileiras. Por ano, são emitidos, em média, 200 mil certificados. A medida atende a solicitação do Serviço Federal Russo de Inspeção Veterinária e Fitossanitário.

A falsificação de CSIs prejudica muito a imagem dos produtos brasileiros no exterior. Em média, ocorrem 700 pedidos de confirmação de autenticidade dos certificados ao ano. ■

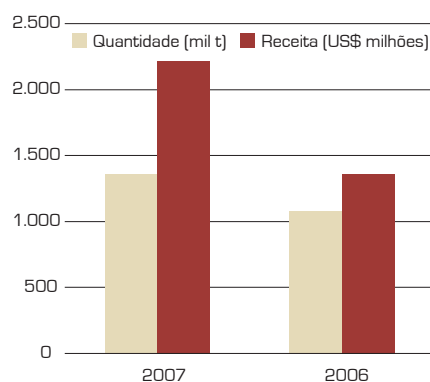
Pecuária V

Valor agregado

O BRASIL sofisticou a sua comercialização de carne bovina no exterior, com maior participação nos mercados e oferta de produtos com maior valor agregado. Com isso, os números apurados neste ano revelam um avanço de significativo em quantidade e valor.

O resultado surpreende a própria Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). A previsão inicial era de uma expansão nas vendas externas em 2007 de 15% na quantidade e de 25% no valor. No primeiro semestre os embarques cresceram bem acima desses números.

Brasil: exportação de carne bovina (janeiro e junho)



Fonte: Secex

Exportações de carne bovina em 2006 (toneladas)

Brasil	1,965 milhão
Austrália	1,495 milhão
Índia	800 mil
Estados Unidos	680 mil
Nova Zelândia	570 mil
Uruguai	520 mil

Fonte: SAA

O portfólio de produtos ofertados muda de perfil: perde a característica de carne *commodity* para a incorporação de cortes nobres. Nichos importantes são ocupados em países com população de maior valor aquisitivo, como os da Europa. O volume exportado para a Itália dobrou. A qualidade da carne brasileira é promovida com degustações e churrascos na Jordânia, no Marrocos, na Alemanha e Rússia. Além disso, as entregas chegam cada vez perto dos elos de distribuição final e reduz a intermediação do processo, com maiores ganhos.

Esse desempenho cria resistência entre os concorrentes. Os relatórios da União Europeia sobre a carne brasileira ficam cada vez mais exigentes. O grupo Fairness for Farmers in Europe, formado por 12 associações da Grã-Bretanha e Irlanda, pressiona fortemente a Comissão de Saúde e Proteção do bloco. Outra alegação é de que UE não proíbe a carne brasileira como ocorre nos EUA, no Japão, na Austrália e Coreia do Sul. ■

Pecuária VI

Restrição à exportação

AS RESTRIÇÕES para as exportações argentinas de carne bovina foram prorrogadas até o dia 31 de dezembro. De acordo com a resolução publicada no *Diário Oficial*, a Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário (Oncca) “estendeu a cota exportável fixada no equivalente a 50% da média mensal do volume exportado em 2005”. Isso significa que o país pode exportar por ano em torno de 500 mil toneladas de carne bovina.

Antes das barreiras, a Argentina exportava pouco mais de um milhão de toneladas anuais. A medida visa a dar continuidade ao compromisso do governo nacional com uma política destinada a manter a estabilidade de preços.

A Argentina já caiu do quarto para o sétimo lugar no *ranking* mundial de exporta-

dores de carne bovina, atrás do Brasil e da Austrália. Pelo segundo ano consecutivo o país perde o posto por causa das restrições impostas pelo governo de Néstor Kirchner às exportações de carne. Em 2005, a Argentina ocupava o terceiro lugar nesse *ranking*. Com as barreiras que privilegiaram o mercado interno, a queda foi vertiginosa.

Em abril passado, as exportações argentinas de carne bovina voltaram a ser proibidas pelo governo para conter os preços internos. O produto tinha sido liberado no final do ano passado, mas com a pressão dos preços sobre a inflação, o governo decidiu colocar barreiras novamente. Apenas 22 mil toneladas do produto foram embarcadas, uma queda de 10% em comparação a abril do ano passado. O volume máximo permitido para as exportações mensais é de 40 mil toneladas. ■

Pecuária VII

Acordo no Cade

OS PRODUTORES entraram com processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 2005, com a acusação de um grupo de 11 frigoríficos adotarem uma tabela única de preços para aquisição de boi, o que caracterizaria formação de cartel. Desde então, o processo corre no órgão federal.

Com a lei recente que autoriza o Cade a fazer acordos entre as partes, o ambiente fica mais propício para os frigoríficos e pecuaristas fazerem o chamado ajuste de conduta.

Além de um consenso entre as empresas frigoríficas, já está em elaboração na CNA e nas federações estaduais de agricultura um estudo sobre outros temas que comporiam uma lista de reivindicações que também seriam postas na mesa para negociar com os frigoríficos. Entre os pleitos estariam a padronização e a unificação nacional do sistema de comercialização de animais. ■